



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
PARAÍBA**



**CONVÊNIO ESPECÍFICO PARA O INTERCÂMBIO DE  
ESTUDANTES E PROFESSORES**

**ENTRE A**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

**E A**

**UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID**

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, a seguir denominada **UFPB**, uma instituição de Educação Superior reconhecida pela Lei Federal nº 3.835, de 13 de Dezembro de 1960, CNPJ nº 24.098.477/0001-10, ([www.ufpb.br](http://www.ufpb.br)) cuja reitoria se encontra na Cidade Universitária – Campus I – Prédio da Reitoria – Castelo Branco – 58.051-900 – João Pessoa – Paraíba – Brasil, legalmente representada por sua Magnífica Reitora, **Professora Doutora Margareth de Fátima Formiga de Melo Diniz**, legitimada para este ato em virtude das atribuições que tem conferidas segundo a publicação no Diário Oficial da União, seção 02, edição 217, p. 01, de 11 de novembro de 2016.

E a **UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID**, a seguir denominada como **UCM**, pessoa jurídica de direito público e patrimônio próprio, goza de autonomia de acordo com o artigo 27.10 da Constituição e da Lei Orgânica 6/2001, de 21 de dezembro, com sede na Avenida de Séneca, 2, 28040, cidade de Madri, Espanha, neste ato representada por seu Magnífico Reitor, Professor Doutor **Carlos Andradas Heranz**, em virtude das atribuições que tem conferidas segundo o Decreto 25/2011, de 5 de maio de 2011, publicado no Boletín Oficial de la Comunidad de Madrid, no dia 10 de maio de 2011.

Com a finalidade de reforçar a cooperação entre as instituições e contribuir assim para os objetivos de internacionalização dos estudos que oferecem, assinam de comum acordo, com base no Acordo Geral de Cooperação, o presente Convênio Específico para o intercâmbio de estudantes e professores, de acordo com as seguintes:

**CLÁUSULAS**

## **PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente documento tem como objetivo estabelecer as condições que regerão o programa de intercâmbio de estudantes e professores visitantes entre a UFPB e a UCM.

## **SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

1. Os intercâmbios de estudantes terão a duração mínima de um semestre e máxima de um ano acadêmico (dois semestres). Qualquer alteração deverá ser acordada por escrito entre as partes.
2. Todos os selecionados ao programa de intercâmbio deverão, obrigatoriamente, possuir o nível acadêmico e linguístico exigidos pela instituição acolhedora.
3. As candidaturas serão apresentadas através dos órgãos responsáveis pela gestão dos intercâmbios internacionais em cada instituição. Em nenhum caso se admitirão candidaturas diretas dos interessados.
4. Todos os alunos participantes do intercâmbio devem se registrar e pagar a matrícula correspondente na instituição de origem e estarão isentos do pagamento da mesma na instituição acolhedora.
5. Todas as despesas referentes a transporte, seguros, alojamento, alimentação, livros e gastos pessoais serão de responsabilidade dos participantes do intercâmbio.
6. Todos os participantes nos programas de intercâmbio, nos termos deste convênio, seguirão as exigências da imigração do país da instituição de destino e deverão, antes do início da viagem, contratar um seguro internacional de vida e de cobertura médico-hospitalar adequado, que lhes forneça os serviços e a atenção de saúde necessária, válida para todo o período de duração de sua mobilidade.
7. Ambas as instituições facilitarão e apoiarão os pedidos de recursos a organismos nacionais e internacionais que possam colaborar no financiamento dos intercâmbios previstos neste convênio.

## **TERCEIRA – INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO**

### **1. Número de estudantes**

(a) O número de estudantes intercambistas deve limitar-se a dois (2) por ano acadêmico, (equivalente a quatro alunos/semestre), existindo a possibilidade de que um número maior possa ser aceito, mediante acordo prévio entre as partes e considerando a reciprocidade;



(b) Ambas as instituições revisarão anualmente o número de estudantes de intercâmbio e procurarão ajustá-lo de modo a obter um equilíbrio durante o período de vigência do programa;

## **2. Seleção de participantes e admissão**

(a) Poderão participar do programa de intercâmbio, os estudantes que estejam regularmente matriculados nos cursos de licenciatura ou bacharelado oferecidos por ambas às instituições durante o período de realização do intercâmbio.

(b) A instituição de origem selecionará os candidatos que participarão do programa de intercâmbio segundo seus próprios critérios, o desempenho acadêmico e o nível de estudos alcançado pelos candidatos;

(c) A instituição acolhedora se reserva o direito de tomar a decisão final sobre a admissão de cada estudante indicado para o intercâmbio após a comprovação dos requisitos solicitados, considerando o equilíbrio entre o número de estudantes enviados e recebidos e a disponibilidade de vagas.

(d) Uma vez aceitos pela instituição acolhedora, os estudantes de intercâmbio terão os mesmos direitos e obrigações que qualquer aluno da universidade de acolhimento.

## **3. Coordenação**

(a) As atividades desenvolvidas com base no presente Convênio terão a coordenação dos responsáveis pelo setor de relações internacionais em cada instituição ou daqueles oficialmente designados para representá-los;

(b) Cada ano, as instituições definirão, com suficiente antecedência, a data da inscrição para seu programa de intercâmbio, bem como o número e as condições das vagas a serem oferecidas.

## **4. Compromissos Acadêmicos**

(a) Os estudantes participantes do programa, ao serem admitidos pela instituição acolhedora, têm o direito de se matricular como alunos sem direito à respectiva titulação nos cursos regulares oferecidos pela instituição receptora e por um período máximo de um ano acadêmico (2 semestres) e pelo número máximo de créditos permitido em cada instituição, estando sujeitos ao mesmo regime acadêmico que os demais estudantes matriculados em tais cursos. Todos os estudantes de intercâmbio deverão cumprir as leis do país de destino;

(b) As instituições parceiras no presente Convênio têm o direito de limitar, em coordenação com as Faculdades ou Escolas envolvidas, as disciplinas que podem ser

oferecidas ao(s). aluno(s) de intercâmbio, caso seja conveniente, a fim de facilitar o reconhecimento acadêmico recíproco dos estudos realizados;

(c) Os estudantes de intercâmbio poderão cursar qualquer programa acadêmico oferecido pela instituição receptora, sempre e quando se disponha de vagas, exceção feita a programas com matrícula limitada. Qualquer crédito acadêmico obtido na instituição acolhedora poderá ser transferido para a instituição de origem, conforme os procedimentos estabelecidos pela mesma e o programa específico de estudos. A instituição acolhedora orientará academicamente e informará sobre os programas de estudo pertinentes conforme corresponda;

(d) No caso em que o aluno de intercâmbio conte com um plano de estudos acadêmicos, previamente assinado e carimbado por ambas as instituições, a instituição receptora deverá permitir o aluno se matricular em todas as disciplinas incluídas no mesmo, salvo se a disciplina não for oferecida naquele semestre acadêmico específico ou se observe choque de horários. Em qualquer dos casos a instituição de origem deverá ser informada da necessidade de alteração no plano de estudos.

## **5. Avaliação**

(a) Ao final do período de estudos, a instituição acolhedora emitirá um histórico escolar para cada aluno de intercâmbio, especificando o número de créditos cursados, a duração do curso e as notas obtidas;

(b) Cada uma das instituições aceitará os estudos realizados na outra como equivalentes aos seus próprios, dentro dos limites que estabeleça a legislação vigente em cada país e a normativa própria de cada instituição. Qualquer crédito acadêmico obtido na instituição acolhedora pode ser transferido para a instituição de origem, porém o reconhecimento ficará a cargo da última;

(c) A instituição acolhedora se reserva o direito de excluir o estudante cujo rendimento acadêmico ou conduta sejam violadores das regras da instituição ou país acolhedor. A instituição acolhedora deverá informar à instituição de origem sobre as circunstâncias antes de aplicar tal medida. Ambas as instituições concordam que não haverá substituição de estudantes que não terminarem o intercâmbio.

## **6. Alojamento e Serviço de Apoio**

(a) A instituição de acolhimento prestará aos estudantes recebidos no âmbito do presente programa de intercâmbio a ajuda necessária na procura de um alojamento apropriado, bem como lhes proporcionará apoio e orientação adequada para o perfeito desenvolvimento de sua estadia;

(b) Os estudantes de intercâmbio terão direito na instituição acolhedora de acessar e utilizar os serviços que esta ofereça nas mesmas condições que seus próprios estudantes.

A instituição receptora informará devidamente aos estudantes de intercâmbio acerca da disponibilidade de tais serviços.

#### **QUARTA - INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO**

O número de estudantes, bem como todas as especificações para o intercâmbio de estudantes de pós-graduação deverão ser definidas por acordo mútuo entre as partes, caso a caso, através do documento correspondente.

#### **QUINTA - INTERCÂMBIO DE PROFESSORES E PESQUISADORES**

(a) O intercâmbio de professores e pesquisadores visitantes para participar em programas de formação, estudos e desenvolvimento de projetos conjuntos, deverá ser realizado conforme o Programa de Trabalho encaminhado e aprovado por escrito pelas partes;

(b) Os professores e pesquisadores assumirão todos os gastos com transporte, alojamento, refeições e seguros de saúde, inclusive gastos adicionais incorridos pelo cônjuge ou dependentes, se for o caso;

(c) Os professores e pesquisadores devem desfrutar de vantagens idênticas às dos seus colegas da instituição de acolhimento;

#### **SEXTA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

As instituições convenientes concordam em resolver, de forma amistosa, qualquer controvérsia advinda da interpretação do presente convênio. Caso a questão não possa ser resolvida, a disputa será submetida a arbitragem. Cada instituição designará um membro do comitê de arbitragem e um membro será escolhido por mútuo consentimento.

#### **SÉTIMA – VIGÊNCIA**

Este documento entrará em vigor na data da última assinatura e sua vigência corresponderá à do Acordo Geral de Cooperação. Este convenio poderá ser modificado a qualquer momento, por vontade e consentimento mútuo das partes. Além disso, poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante aviso escrito a outra parte, com o mínimo de três (3) meses de antecedência em relação à data determinada para tal efeito. Tal decisão não afetará as atividades em desenvolvimento, que deverão continuar até sua conclusão, conforme o programa, condições e cronograma acordados originalmente.

#### **OITAVA – RESPONSABILIDADE CIVIL**

Fica expressamente acordado que nenhuma das partes terá responsabilidade civil por danos ou prejuízos que possam ser causados reciprocamente por força maior ou casos fortuitos que possam impedir a continuação das atividades previstas neste Convênio

m

Específico, podendo ser retomadas até sua total conclusão, nas mesmas condições e circunstâncias, quando do desaparecimento das causas que motivaram sua suspensão.

Por estarem de acordo, as instituições assinam o presente Convênio Específico de Intercâmbio de estudantes e professores elaborado em quatro (4) exemplares, sendo dois (2) em espanhol e dois (2) em português, de igual forma e teor.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID



*[Handwritten signature]*  
**Dra. Margareth de Fátima Formiga M. Diniz**  
Reitora

João Pessoa, 09/10/17

**Dr. Carlos Andradas Heranz Rector**  
Reitor

Madri, 20/10/2017



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA  
PARAÍBA**



**CONVENIO ESPECÍFICO PARA EL INTERCAMBIO DE  
ESTUDIANTES Y PROFESORES  
ENTRE LA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
Y LA  
UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID**

**LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PARAÍBA**, en lo sucesivo denominada “UFPB”, una institución de enseñanza superior, reconocida a través de la Ley Federal 3.835, con fecha 13 de Diciembre 1960, CNPJ N° 24.098.477/0001-10 ([www.ufpb.br](http://www.ufpb.br)) cuya oficina central está en Cidade Universitária - Campus I - Prédio da Reitoria, 1º andar - Castelo Branco - 58.059-900 - João Pessoa - Paraíba - Brasil, en este acto, representada por su Rectora Profesora Doctora **Margareth de Fátima Formiga Melo Diniz**, en virtud de las atribuciones que tiene conferidas según la publicación en el Diario Oficial da União, sección 02, edición 217, p. 01, de 11 de noviembre de 2016;

**Y LA UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID**, en adelante denominada como **UCM**, persona jurídica de derecho público y patrimonio propio, goza de autonomía de acuerdo con el artículo 27.10 de la Constitución y la Ley Orgánica 6/2001, de 21 de diciembre, ubicada Avenida de Séneca, 2. 28040, ciudad de Madrid, España, representada por su Rector Magnífico, Prof. Dr. **Carlos Andradás Heranz**, en virtud de las atribuciones que tiene conferidas según el Decreto 25/2011 de 5 de mayo de 2011 publicado en el Boletín Oficial de la Comunidad de Madrid, el día 10 de mayo de 2011.

Con el fin de reforzar la cooperación entre las instituciones y contribuir así a los objetivos de internacionalización de los estudios que en ellas se imparten, suscriben de común acuerdo, en el marco del Acuerdo General de Cooperación, el presente Convenio Específico para el intercambio de estudiantes y profesores, de acuerdo con las siguientes:

**CLÁUSULAS**

*mm*

## **PRIMERA – DEL OBJETO**

El presente documento tiene como objeto establecer las condiciones que regirán el programa de intercambio de estudiantes y profesores visitantes entre la UFPB y la UCM.

## **SEGUNDA – CARACTERÍSTICAS GENERALES**

1. Los intercambios de estudiantes tendrán una duración mínima de un semestre y máxima de un año académico (dos semestres). Cualquier modificación deberá ser acordada por escrito entre las partes.
2. Todos los seleccionados al programa de intercambio deberán obligatoriamente satisfacer a los niveles académicos y lingüísticos establecidos por la institución receptora.
3. Las candidaturas se presentarán a través de las oficinas responsables en cada institución de la gestión de los estudiantes de intercambio. En ningún caso se admitirán candidaturas directas de los interesados.
4. Todos los alumnos que participen en el intercambio deben registrarse y pagar la matrícula correspondiente en la institución de origen y estarán exentos del pago de las mismas en la institución receptora.
5. Todos los gastos relativos a transportes, seguros, alojamiento y comida, libros y gastos personales quedarán a cargo de los participantes en el intercambio.
6. Todos los que participen de los programas de intercambio bajo este convenio, seguirán los requisitos de inmigración del país de la institución de destino y deberán, antes de que se inicie el viaje, contratar un seguro internacional de vida y de cobertura médico-hospitalaria adecuado, que les brinde los servicios y la atención de salud necesarios, válido para todo el período de duración de su movilidad.
7. Ambas instituciones facilitarán y apoyarán las solicitudes de recursos a organismos nacionales o internacionales que puedan colaborar a la financiación de los intercambios contemplados en el presente convenio.

## **TERCERA – INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES DE LICENCIATURA O GRADO**

### **1. Número de estudiantes**

- (a) El número de estudiantes intercambiados debe limitarse a dos (2) por año académico (equivalente a cuatro alumnos/semestre), siendo posible que se extienda esta cifra, mediante previo acuerdo entre las partes y considerando la reciprocidad;

m



(b) Ambas instituciones revisarán anualmente el número de estudiantes de intercambio y buscarán ajustarlo para lograr un equilibrio durante el periodo de vigencia del programa.

## **2. Selección de participantes e admisión**

(a) Podrán participar en el programa de intercambio, los estudiantes que estén matriculados en estudios regulares de licenciatura/grado que ofrezcan las dos instituciones durante el curso en el que se realiza el intercambio;

(b) La institución de origen seleccionará los estudiantes que postularán participar en el programa teniendo en cuenta, según sus propios criterios, el desempeño académico y el nivel de estudios alcanzado por los candidatos;

(c) La institución receptora se reserva el derecho a tomar la decisión final sobre la admisión de cada estudiante nominado para el intercambio tras la comprobación de si reúne los requisitos requeridos, teniendo en cuenta la situación de reciprocidad en el número de estudiantes enviados y recibidos, y la disponibilidad de cupos;

(d) Una vez aceptados por la institución receptora, los estudiantes de intercambio tendrán los mismos derechos y obligaciones que los estudiantes propios de la institución receptora.

## **3. Coordinación**

(a) Las actividades desarrolladas en base al presente Convenio tendrán la coordinación de los responsables de las oficinas de relaciones internacionales en cada institución o aquellos quienes les representen oficialmente;

(b) Cada año las instituciones fijarán, con suficiente antelación, con respecto a las fechas la convocatoria del programa en cada institución, el número y las condiciones de los cupos que se ofrecen.

## **4. Compromisos Académicos**

(a) Los estudiantes participantes en el programa, una vez admitidos por la institución receptora, tienen el derecho a matricularse como estudiantes sin derecho a titulación en los estudios regulares ofrecidos por la institución receptora y por un periodo máximo de un curso académico (dos semestres) y por el número máximo de créditos permitido en cada institución, y se someterán al mismo régimen académico que los otros estudiantes matriculados en dichos estudios. Todos los estudiantes de intercambio deberán cumplir las leyes del país de destino;

(b) Las instituciones asociadas en el presente Convenio tienen el derecho de limitar, en coordinación con las Facultades o Escuelas involucradas, las asignaturas que se les

podrá ofrecer a los alumnos de intercambio, cuando lo considere conveniente, con el fin de facilitar el reconocimiento académico recíproco de los estudios realizados;

(c) Los estudiantes de intercambio podrán cursar cualquier programa académico ofrecido por la institución de destino, siempre y cuando se disponga de los cupos y con excepción de aquellos programas con matrícula restringida. Cualquier crédito académico obtenido en la institución de destino podrá ser transferido a la institución de origen, conforme a los procedimientos establecidos por ésta y el programa específico de estudios. La institución receptora orientará académicamente e informará sobre los programas de estudio pertinentes conforme corresponda;

(d) En caso de que un alumno de intercambio cuente con un acuerdo de estudios académicos, previamente firmado y sellado por ambas instituciones, la institución receptora deberá permitir que el estudiante se inscriba en todas las asignaturas incluidas en lo mismo, excepto en el caso de que la asignatura no se ofrezca durante el semestre académico específico o cuando exista incoherencias de horario. En cualquier de los casos, la institución de origen debe ser informada en el caso de que sea necesario modificar el Acuerdo de Estudios.

## **5. Evaluación**

(a) Al final del período de estudio, la institución receptora emitirá un certificado académico de estudio parcial realizados por cada estudiante de intercambio, especificando el número de créditos cursados, la duración y las calificaciones obtenidas;

(b) Cada una de las dos instituciones aceptará los estudios realizados en la otra institución como equivalentes a sus propios, dentro de los límites que establezca la legislación vigente en cada país y la normativa propia de cada Universidad. Cualquier crédito académico obtenido en la institución anfitriona puede ser transferido a la institución de origen, sino que el reconocimiento quedará a cargo de esta última;

(c) La institución receptora se reserva el derecho de excluir al estudiante cuyo rendimiento académico o conducta fuera violatoria de las normas de la institución o del país anfitrión. La Institución receptora le informará a la institución de origen estas circunstancias antes de aplicar dicha medida. Ambas partes acuerdan que no habrá reemplazo de los estudiantes que no finalicen el intercambio.

## **6. Alojamiento y Servicios de Apoyo**

(a) La institución receptora prestará a los estudiantes que reciba en el marco del presente programa de intercambio la ayuda necesaria en la búsqueda de un alojamiento adecuado, así como les proporcionará apoyo y orientación adecuada para el óptimo desarrollo de su estancia;

(b) Los estudiantes de intercambio tendrán derecho en la institución receptora a acceder y utilizar los servicios que ésta ofrezca en las mismas condiciones que sus propios

estudiantes. La institución receptora informará debidamente a los estudiantes de intercambio sobre la disponibilidad de dichos servicios.

#### **CUARTA – INTERCAMBIO DE ESTUDIANTES DE POSGRADO**

El número de estudiantes, así como todas las especificaciones para el intercambio de estudiantes de posgrado se deberán definir de común acuerdo entre las partes, caso por caso a través del documento correspondiente.

#### **QUINTA – INTERCAMBIO DE PROFESORES Y INVESTIGADORES**

(a) El intercambio de profesores o investigadores visitantes para tomar parte en programas de formación, estudio y desarrollo de proyectos conjuntos deberá ser efectuado de acuerdo al Programa de Trabajo encaminado y aprobado por escrito por las partes;

(b) Los profesores e investigadores asumirán todos los gastos con transporte, alojamiento, comidas y seguro médico, incluyendo gastos adicionales contraídos por la pareja o dependientes, si fuera el caso;

(c) Los profesores e investigadores deben disfrutar de ventajas iguales a las de sus colegas de la institución de acogida;

#### **SEXTA – SOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS**

Las instituciones signatarias acuerdan resolver, de forma amistosa, cualquier controversia derivada de la interpretación del presente convenio. En el caso de que no se pueda resolver la cuestión, la disputa se someterá a un arbitraje. Cada institución designará un miembro del comité de arbitraje e un tercer miembro se elegirá de común acuerdo.

#### **SÉPTIMA – VIGENCIA**

El presente documento entrará en vigor en la fecha de la última firma y su validez corresponderá a la del Acuerdo General de Cooperación. Este convenio podrá ser modificado a cualquier momento por voluntad y acuerdo entre las partes. Asimismo, este Acuerdo se podrá rescindir anticipadamente por cualquier de las partes, mediante aviso por escrito a la otra parte, con al menos tres (3) meses de antelación a la fecha determinada para tal efecto. Tal decisión no afectará las actividades académicas en desarrollo, que deberán continuar hasta su terminación conforme al programa, términos y calendario acordados originalmente.

#### **OCTAVA – RESPONSABILIDAD CIVIL**

Queda expresamente pactado que ninguna de las partes tendrá responsabilidad civil por daños y perjuicios que pudieran causarse recíprocamente por causas de fuerza mayor o casos fortuitos que impidieran la continuación de las actividades objeto del presente

Convenio Específico, pudiendo reanudarse hasta su total conclusión, en las mismas condiciones y circunstancias cuando desaparezcan las causas que motivaron su suspensión.

Estando de acuerdo, las instituciones firman el presente Convenio Específico para el Intercambio de estudiantes y profesores en cuatro (4) ejemplares, siendo dos (2) en español y dos (2) en portugués, de igual forma y tenor.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**



*Margareth de Fátima Formiga M. Diniz*  
**Dra. Margareth de Fátima Formiga M. Diniz**  
**Rectora**

João Pessoa, 09/10/17

**UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID**

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "CAH", with a horizontal line underneath.

**Dr. Carlos Andradás Heranz Rector**  
**Rector**

Madrid, 20 de octubre de 2017